



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS**  
**ESTADO DO PARANÁ**

GABINETE DO PREFEITO

**LEI Nº. 270/2001.**

*Data: 03/07/2001*

SUMULA. Dispõe sobre o Código de Justiça Desportiva do município de Nova Laranjeiras e estabelece outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Laranjeiras, Estado do Paraná, torna público que a Câmara Municipal aprovou, e Ele sanciona a seguinte Lei:

**TÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - A organização da justiça desportiva municipal, o processo, as infrações e as penalidades, regulam-se por este código, a que ficam submetidas, em todo o território municipal, as pessoas físicas, jurídicas e equiparadas, que de forma direta ou indireta, intervêm e participam dos eventos desportivos sob a organização, coordenação e supervisão da Prefeitura Municipal de Nova Laranjeiras e Departamento Municipal de Esportes e Recreação.

Parágrafo Único – Para efeito de código serão considerados as pessoas jurídicas, os estabelecimentos de ensino, as equipes e as associações esportivas.

**TÍTULO II**  
**DA ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA**

**CAPÍTULO I**  
**DOS CONSELHOS DESPORTIVOS MUNICIPAIS**

Art. 2º - Entende-se por Conselhos Desportivos Municipais, os órgãos principais encarregados da aplicação das disposições contidas neste código, mediante processo.

Art. 3º - Ficam instituídos os seguintes Conselhos Desportivos Municipais:

I - Conselho Municipal de Decisões (C.M.D.);

II- Conselho Municipal de Recursos (C.M.R.).

§ 1º - Os conselhos desportivos municipais acima instituídos, serão constituídos por 03 (três) a 05 (cinco) auditores efetivos e 02 (dois) suplentes.

§ 2º - Os conselhos desportivos municipais terão sede e jurisdição no território do município.

§ 3º - Os auditores dos conselhos desportivos municipais serão nomeados pelo Prefeito Municipal, com mandato fixado no respectivo decreto.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS**  
**ESTADO DO PARANÁ**

GABINETE DO PREFEITO

§ 4º - O decreto de nomeação indicará, dentre os auditores efetivos, um que exercerá a presidência do conselho.

§ 5º - Na ausência ou impedimento do Presidente, os auditores dos respectivos conselhos, em número legal e presentes na sessão, escolherão dentre os seus pares, um para presidi-los, interinamente.

Art. 4º - Os conselhos desportivos municipais, constituídos por 03 (três) auditores deverão, necessariamente, deliberar e julgar com a totalidade de seus membros, e os que forem constituídos por 05 (cinco) auditores efetivos poderão deliberar por maioria absoluta.

Art. 5º - Ocorrerá vacância nos cargos dos auditores pela:

I - morte, renúncia ou exoneração;

II - condenação transitada em julgado, no âmbito da justiça desportiva ou criminal;

III - não comparecimento a duas sessões consecutivas ou três intercaladas, salvo justo motivo, assim considerado pelo conselho

Art. 6º - O auditor fica impedido de atuar no processo quando.

I - em relação a(s) parte(s), ocorrerem vínculos de parentesco ou afinidade;

II - for inimigo notório da parte;

III - prejudicar a causa.

§ 1º - Os impedimentos a que se refere este artigo devem ser declarados pelo próprio auditor, de ofício, tão logo tome conhecimento do processo, se o auditor não o fizer, podem as partes impugna-los até o início da sessão, sob pena de preclusão.

§ 2º - Acusado o impedimento, decidirá o conselho sobre o fato.

Art. 7º - O decreto que nomeia os auditores integrantes dos conselhos desportivos municipais especificará se os serviços serão exercidos sem remuneração e considerados de relevante interesse público, não havendo hipótese, contra prestação pecuniária.

Art. 8º - São atribuições dos auditores dos conselhos desportivos municipais praticar todos os atos necessários ao perfeito funcionamento da justiça desportiva, ressalvados os que estejam expressamente vedados por este código ou legislação vigente.

CAPÍTULO II  
DA COMPETÊNCIA DOS CONSELHOS E DO ÓRGÃO AUXILIAR

Seção I

Da Competência dos Conselhos Municipais

Art. 9º - Compete ao Conselho Municipal de Decisões, processar e julgar:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS**  
**ESTADO DO PARANÁ**

GABINETE DO PREFEITO

I - as pessoas físicas, jurídicas ou equiparadas que violarem as disposições contidas neste código, regulamentos e demais normas desportivas emanadas dos órgãos competentes;

II - os mandados de garantia;

III - as impugnações de partidas ou provas, modalidade coletiva ou individual, nos termos definidos neste código;

IV - os impedimentos apostos a seus membros;

V - os casos omissos de natureza disciplinar.

Art. 10 – Compete ao Conselho Municipal de Recursos (C.M.R.) processar e julgar:

I - os recursos de revisão interpostos as decisões do conselho municipal de decisões, observadas a disposições deste código;

II - os membros do conselho municipal de decisões, pela prática de infrações previstas neste código;

III - os recursos de retificação interpostos sobre as suas decisões.

**Seção II**  
**Da Competência do Órgão Auxiliar**

Art. 11 – Compete a secretaria, através de seu responsável, os trabalhos de execução cartorial dos atos e Termos processuais.

**TÍTULO III**  
**DO PROCESSO DISCIPLINAR DESPORTIVO**

**CAPÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 12- O processo disciplinar desportivo orientar-se-á pelos princípios da oficialidade, da publicidade, do contraditório, da moralidade, da verdade real, da lealdade, da economia processual e duplo grau de jurisdição.

Art. 13 - O processo disciplinar é o instrumento pelo qual os conselhos aplicam as normas aos casos concretos, será iniciado na forma prevista neste código e se desenvolverá por impulso oficial.

**CAPÍTULO II**  
**DA SINDICÂNCIA**

Art. 14 - A sindicância tem por finalidade apurar a existência de infração disciplinar e determinar sua autoria, para subsequente instauração de processo disciplinar.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS**  
**ESTADO DO PARANÁ**

GABINETE DO PREFEITO

§ 1º - Somente haverá instauração de sindicância, como antecedente necessário do processo disciplinar, quando não for conhecida a autoria ou os elementos necessários a sua identificação.

§ 2º - A sindicância constitui-se em procedimento meramente informativo, porém os fatos que lhe forem decorrentes deverão ser reduzidos a termo.

**CAPÍTULO III**  
**DA SUSPENSÃO PREVENTIVA**

Art. 15 - Quando a decisão não puder ser proferida desde logo, mas houver indícios veementes contra pessoa física pela prática de infração de natureza grave o conselho competente poderá suspende-la, previamente por prazo não superior a 10 (dez) dias.

Parágrafo Único - O prazo da suspensão preventiva, quando for o caso, será comutado na suspensão definitiva.

**CAPÍTULO IV**  
**DO LITISCONSÓRCIO E DA ASSISTÊNCIA**

Art. 16 - Poderão figurar no processo disciplinar, em conjunto, no pólo ativo ou passivo da relação processual, duas ou mais pessoas, quando:

- I – entre elas houver comunhão de direitos ou de obrigações relativamente a demanda,
- II – os direitos ou obrigações derivarem do mesmo fundamento de fato ou de direito.

Art. 17 - Poderá intervir no processo disciplinar, o terceiro que possuir interesse jurídico no resultado da causa.

**CAPÍTULO V**  
**DAS CITAÇÕES E INTIMAÇÕES**

Art. 18 - Citação é o ato processual pelo qual a pessoa física, jurídica ou equiparada é convocada para, perante os conselhos desportivos, comparecer e defender-se das acusações que lhe forem imputadas.

Art. 19 - Intimação é o ato processual pelo qual se dá ciência a pessoa física, jurídica ou equiparada dos atos e termos do processo para que pratique ou deixe de praticar algum ato.

Art. 20 - As citações e intimações das pessoas jurídicas ou equiparadas far-se-ão através de seu representante legal ou credenciado perante o evento esportivo, na forma prevista neste código.

Art. 21 - As citações das pessoas físicas, serão feitas pessoalmente ou através de representante legal ou credenciado pela entidade a que a mesma pertença.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS**  
**ESTADO DO PARANÁ**

GABINETE DO PREFEITO

Art. 22 - As citações e intimações previstas nos artigos anteriores, serão obrigatoriamente afixadas em edital ou publicadas em boletim.

Art. 23 - O instrumento de citação, indicará o nome do citado, sua qualificação, a entidade a que pertence, dia, hora local de comparecimento e a finalidade de sua convocação.

Art. 24 - O citado que não apresentar defesa escrita ou oral, pessoalmente ou através de representante credenciado, será considerado revel.

Parágrafo Único - A revelia importa, como consequência jurídica, na confissão quanto a matéria do fato.

Art. 25 - O comparecimento espontâneo da parte supre a falta ou a irregularidade da citação.

**CAPÍTULO VI**  
**DAS PROVAS**

Art. 26 - Todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados neste código, são hábeis para provar a verdade dos fatos alegados no processo disciplinar.

Art. 27 - A prova dos fatos alegados no processo disciplinar, caberá a parte que os formular.

Art. 28 - O Presidente do Conselho pode, de ofício, ou à requerimento da parte interessada, antes de encerrar a fase de instrução processual, determinar o comparecimento pessoal da (s) parte (s) afim de interroga-la sobre os fatos da causa.

§ 1º - O depoimento pessoal deve ser, preferencialmente, tomado no início da sessão de instrução e julgamento.

§ 2º - A parte será interrogada na forma determinada para inquirição de testemunhas.

Art. 29 - O presidente do conselho poderá ordenar que a parte ou pessoa vinculada ao evento exiba documento ou coisa que se ache em seu poder.

Parágrafo Único - Ao determinar a exibição, o Presidente individualizará o documento ou a coisa e determinará a razão da sua apresentação.

Art. 30 - Compete à parte interessada instruir a peça de denúncia ou queixa, ou a sua resposta, com os documentos destinados à provar-lhe as alegações.

Parágrafo Único - É lícito às partes, até o término da sessão de instrução e julgamento, juntar aos autos documentos novos, destinados à fazer provas dos fatos pertinentes à causa.

Art. 31 - A súmula e o relatório dos árbitros, auxiliares ou coordenador de modalidades gozarão de presunção de veracidade.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS**  
**ESTADO DO PARANÁ**

GABINETE DO PREFEITO

§ 1º - Não se aplica o disposto neste artigo quando se tratar de infração praticada por árbitros, auxiliares ou coordenadores de modalidade.

§ 2º - A presunção de veracidade contida no “caput” deste artigo servirá de base para a formação da denúncia, não constituindo verdade absoluta, devendo ser produzida e ratificada na instrução, podendo ser descaracterizada.

**CAPÍTULO VII**  
**DOS PRAZOS**

Art. 32 - Prazo é o lapso de tempo no qual os atos processuais desportivos devem ser praticados.

§ 1º - Considera-se prazo legal aquele que deve realizar-se de conformidade com o previsto neste código e, prazos de ofício aqueles fixados pelo Presidente do conselho no curso do processo, na ausência de expressa previsão legal.

§ 2º - Os presidentes dos conselhos desportivos, na fixação dos prazos de ofício considerarão a urgência do ato, de forma a não causar prejuízos ou demora a administração da justiça

Art. 33 - O prazo para o arbitro, para o coordenador de modalidade entregar a súmula e ou o relatório a comissão dirigente será de até às 09:00 (nove) horas do primeiro dia útil após o ocorrido.

Art. 34 - O prazo para a comissão dirigente remeter a súmula e ou relatório que consubstanciem infrações, à Secretaria dos Conselhos Municipais de Justiça será de até 04 (quatro) horas, contadas de seu recebimento

Art. 35 - O prazo para juntada da procuração outorgada a defensoria particular, quando requerida, será de até 48 (quarenta e oito) horas.

Art. 36 - O prazo para interposição de recurso será de 48 (quarenta e oito) horas a contar-se da publicação da sentença.

**CAPÍTULO VIII**  
**DAS NULIDADES**

Art. 37 - A nulidade processual terá cabimento ocorrendo inobservância ou violação de principio, formalidade ou providência essencial, capaz de caracterizar prejuízo irreparável a(s) parte(s).

Art. 38 - A nulidade processual será requerida pelo denunciado ou por Terceiro interessado, na primeira oportunidade em que se manifestar nos autos e será declarada a termo.

Parágrafo Único - O Conselho ao pronunciar a nulidade, declarará quais atos são atingidos, ordenando as providências necessárias, a fim de que sejam repetidos ou retificados.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS**  
**ESTADO DO PARANÁ**

*CABINETE DO PREFEITO*

Art. 39 - A nulidade não será pronunciada em favor de quem lhe houver dado causa, como não o será também, quando o processo no mérito, puder ser resolvido a favor da parte que a aproveitaria.

Art. 40 - Não será conhecida a nulidade processual quando se tratar de mera inobservância de formalidade não essencial, que impeça a busca da verdade.

**CAPÍTULO IX**  
**DOS PROCEDIMENTOS**

Art. 41 - Os processos de competência dos conselhos desportivos observarão o procedimento, definido neste código.

Art. 42 - O processo disciplinar desportivo será iniciado por denúncia ou através de representação da parte interessada e ou relatório de arbitragem.

Parágrafo Único - Quando o processo iniciar-se através de representação, o Presidente, antes de designar o relator, dia e hora da sessão, analisará os autos para ratificá-lo, aditá-lo ou rejeitá-lo.

Art. 43 - A denúncia, a representação, o recurso ou qualquer requerimento, será dirigido ao Conselho competente, e conterá:

- I - a qualificação de quem o subscreve;
- II - a qualificação da parte contrária, se houver;
- III - os fatos e os fundamentos jurídicos do pedido;
- IV - as provas relativas aos fatos que forem formulados;
- V - o pedido ou providência.

Art. 44 - Cumpridos os atos processuais acima exigidos, seguir-se-á com a sessão de instrução e julgamento.

**CAPÍTULO X**  
**DA SESSÃO DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO**

Art. 45 - No dia e hora designados, o Presidente do Conselho, havendo número legal, declarará aberta a sessão de instrução e julgamento, mandando notificar as partes.

Parágrafo Único - As sessões de instrução e julgamento serão públicas, podendo o Presidente do Conselho, por motivo de ordem ou segurança, determinar que a sessão seja secreta, garantida a presença das partes e ou seus representantes legais.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS**  
**ESTADO DO PARANÁ**

GABINETE DO PREFEITO

Art. 46 - Nas sessões de instrução e julgamento será observada a pauta previamente elaborada pela secretaria, de acordo com a ordem numérica dos processos ressalvados os pedidos de preferência das partes que estiverem presentes, com prioridade para as que residirem fora da sede do conselho.

Art. 47 - Em cada processo, antes de dar a palavra ao relator, o Presidente indagará as partes se tem provas a produzir, inclusive testemunhas, mandando anotar as que forem indicadas, para os devidos efeitos.

§ 1º - Deferida pelo Conselho a produção das provas, serão ouvidas as testemunhas, em seguida serão os seus depoimentos reduzidos a Termo, na própria ata da sessão.

§ 2º - Se estiver presente, o denunciado ou representado será tomado inicialmente o seu depoimento, o qual será devidamente registrado na ata da sessão

§ 3º - Se houver prova fotográfica ou cinematográfica, esta será produzida antes das provas testemunhais.

Art. 48 - Será concluída a fase instrutória, com a produção das provas deferidas, sendo dado um prazo de 30 (trinta) minutos, sucessivamente, a cada uma das partes para suas razões finais.

Parágrafo Único - Quando duas ou mais partes forem representadas pelo mesmo defensor, o prazo será em dobro.

Art. 49 - O Presidente, encerrado os debates, indagará os auditores se estão em condições de votar, em caso afirmativo, dará a palavra ao relator para proferir seu voto.

§ 1º - O auditor-relator, findo o relatório, prestará aos demais auditores os esclarecimentos que se fizerem necessários

§ 2º - Em casos excepcionais, o Presidente poderá, a pedido de qualquer auditor, deferir diligências complementares, tendentes a esclarecer questões condicionantes a solução da causa.

§ 3º - As diligências complementares, quando deferidas, deverão ser realizadas desde logo, e o processo obrigatoriamente, ser reincluído na pauta da sessão subsequente.

Art. 50 - Após a prolação do voto do auditor relator, votarão, pela ordem, que determinar a presidência do conselho, os demais membros auditores efetivos e, em seguida, quando for o caso, os auditores substitutos, votando por último o presidente.

§ 1º - Os auditores, ao proferirem seus votos, deverão, necessariamente, fundamentá-los.

§ 2º - Os auditores presentes a sessão e que hajam assistido ao relatório serão obrigados a votar.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS**  
**ESTADO DO PARANÁ**

GABINETE DO PREFEITO

Art. 51 - Quando, na votação para aplicação da pena, não se verificar maioria, em virtude da diversidade de votos, considerar-se-á o auditor que tiver votado por pena maior como tendo votado pela pena em concreto, imediatamente inferior.

Art. 52 - As decisões definitivas da justiça desportiva retroagirão a data do fato, quando entre este e a decisão decorrer prazo superior a 30 (trinta) dias e, retroagirão a data de início da competição quando tratar-se de participação irregular de pessoas físicas, jurídicas ou equiparadas e, ainda, nas hipóteses que forem determinadas pelo conselho.

Art. 53 - As decisões que proferidas pela justiça desportiva produzem efeitos imediatos.

**TÍTULO IV**  
**DOS PROCESSOS ESPECIAIS**

**CAPÍTULO I**  
**DA REABILITAÇÃO**

Art. 54 - O desportista que houver sofrido pena de eliminação poderá pedir a reabilitação ao Conselho Municipal de Recursos, instruindo o pedido com a documentação que julgar conveniente e, obrigatoriamente, com a declaração de quatro pessoas de notória idoneidade vinculadas ao desporto, que atestem suas condições de reabilitação.

§ 1º - O requerimento de reabilitação somente será formulado decorridos 02 (dois) anos após o trânsito em julgado da decisão.

§ 2º - A reabilitação só será concedida uma única vez.

Art. 55 - Recebido o requerimento de reabilitação, será protocolado pela secretaria, sendo os autos, em seguida, incluídos em pauta para julgamento.

**CAPÍTULO II**  
**DO MANDADO DE GARANTIA**

Art. 56 - Será concedido o mandado de garantia sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, alguém sofrer violação de direito líquido e certo ou tenha justo receio de sofre-la, por parte de qualquer autoridade desportiva.

Art. 57 - Não se dará mandado de garantia tendo por objeto:

I - ato ou decisão da justiça desportiva quando houver recurso previsto neste código;

II - a suspensão de pena disciplinar.

Art. 58 - A petição inicial, dirigida ao Presidente do Conselho será apresentada em duas vias, com os documentos e/ou elementos que a instruírem.

Parágrafo Único - Após a apresentação da petição, não poderão ser juntados novos documentos nem aduzidas novas razões.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS**  
**ESTADO DO PARANÁ**

**GABINETE DO PREFEITO**

Art. 59 - Ao despachar a inicial, o Presidente do Conselho ordenará que se notifique a autoridade coatora, a qual será encaminhada uma das vias da petição inicial, juntamente com a cópia dos documentos, a fim de que preste informações no prazo de 48 (quarenta e oito horas).

Art. 60 - Quando for relevante o fundamento do pedido e a demora possa tornar ineficaz a medida, o Presidente do Conselho, ao despachar a inicial, poderá conceder medida liminar.

Parágrafo Único - Não caberá concessão de medida liminar sempre que se tratar de pedido que venha de qualquer modo, alterar tabela ou realização de eventos oficiais.

Art. 61 - A inicial será desde logo indeferida quando não for o caso de mandado de garantia ou quando lhe faltar algum dos requisitos previstos neste código.

§ 1º - Do despacho de indeferimento do mandado caberá recurso, sem efeito suspensivo, ao conselho competente.

§ 2º - O presidente do conselho, para o julgamento do mandado de garantia impetrado, poderá convocar, se necessário, sessão extraordinária.

Art. 62 - Os processos de mandado de garantia terão prioridade sobre os demais.

Art. 63 - O mandado de garantia poderá ser renovado se a decisão de negatória não lhe houver apreciado o mérito.

**CAPÍTULO III**  
**DA IMPUGNAÇÃO DE PARTIDA OU PROVA**

Art. 64 - É admitida a impugnação de partida ou prova, ou de seu resultado, de conformidade com o procedimento adotado neste capítulo

Art. 65 - O pedido de impugnação de partida ou prova, modalidade coletiva ou individual, será dirigido ao conselho competente, em duas vias, e obrigatoriamente subscrito pelo representante legal ou credenciado da entidade requerente, no prazo de até 04 (quatro) horas do primeiro dia útil após o encerramento da partida ou prova.

§ 1º - Protocolado e registrado o pedido de impugnação no conselho competente, os autos serão remetidos, em caráter de urgência, ao presidente do órgão sendo em seguida, incluído na pauta para julgamento, em sessão ordinária, ou extraordinária.

§ 2º - Processado o feito, o conselho decidirá em caráter irrecorrível.

Art. 66 - São partes legítimas, para formular impugnação, a entidade ou a parte diretamente lesada, ou ainda, terceira que tenha legítimo e comprovado interesse.

Art. 67 - O pedido de impugnação será liminarmente indeferido pelo Presidente do Conselho, se manifestar a ilegitimidade do requerente, se desacompanhado da taxa prevista no artigo 68 ou se formulado fora do prazo legal



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS**  
**ESTADO DO PARANÁ**

GABINETE DO PREFEITO

Art. 68 - O impugnante de partida ou prova, ou de seu resultado, juntamente com seu pedido de impugnação, recolherá a taxa correspondente a 100 (cem) U.F.M.

Parágrafo Único – A taxa de impugnação a alude que “ caput “ deste artigo, será devida, sem exceção, por todos os participantes dos eventos organizados, coordenados e supervisionados pela prefeitura municipal, Departamento Municipal de Esportes e Recreação de Nova Laranjeiras.

**CAPÍTULO IV**  
**DOS REQUERIMENTOS**

Art. 69 - É facultado as pessoas físicas e jurídicas e equiparadas requererem a qualquer dos conselhos desportivos esclarecimentos, providências, pleitos ou pedidos de natureza desportiva, bem como medidas urgentes capazes de preservar direitos individuais e coletivos, bastando qualificar-se adequadamente, especificar os fatos e indicar os seus fundamentos jurídicos.

Parágrafo Único – Excetuam-se do disposto neste artigo, as consultas ou pareceres de natureza meramente técnicos, cujo fim seja, precipuamente, o de prestar informações e não o de garantir um direito individual ou coletivo

**TÍTULO V**  
**DOS RECURSOS**

Art. 70 - São cabíveis os seguintes recursos:

- I - recurso de retificação;
- II – recurso de revisão.

Parágrafo Único - As decisões do Conselho Municipal de Recursos são irrecorríveis.

**CAPÍTULO I**  
**DO RECURSO DE RETIFICAÇÃO**

Art. 71 – Cabe recurso de retificação quando:

- I - houver na decisão, obscuridade, dúvida ou contradição;
- II - for omitido, na sentença, ponto sobre qual deveria pronunciar-se o conselho

**CAPÍTULO II**  
**DO RECURSO DE REVISÃO**

Art. 72 - O recurso de revisão é cabível sobre todas as decisões definitivas proferidas pelo Conselho Municipal de Decisões, ainda que por unanimidade.

§ 1º - Excetuam-se do disposto neste artigo as decisões proferidas nos processos especiais de impugnação de partida , sobre as quais não caberá nenhuma espécie de recurso.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS**  
**ESTADO DO PARANÁ**

GABINETE DO PREFEITO

§ 2º - Quando a decisão contrariar dispositivo do código de justiça desportiva municipal ou legislação desportiva em vigor.

§ 3º - Quando a decisão resultar de manifesto erro de fato ou de falsa prova ou, ainda, se após a decisão se descobrirem provas da inocência do punido.

§ 4º - Quando sobrevier norma que de Qualquer modo beneficie o punido

Art. 73 - Nos recursos, salvo se interposto pelo queixoso, a penalidade não poderá ser agravada.

Art. 74 - O recurso devolve a instância superior o conhecimento de toda a matéria discutida no processo, de acordo com a competência fixada neste código, e em obediência aos prazos legais.

Art. 75 - O conhecimento do recurso não será prejudicado pela falta de fundamentação jurídica ou fática.

Art. 76 - As decisões proferidas pela justiça desportiva que cominarem pena de eliminação, condenarem membros de órgão da justiça desportiva ou integrante da entidade organizadora, serão obrigatoriamente submetidos a revisão, pelo C.M.R., da entidade organizadora e que julgue processo de falsidades, corrupção, concussão ou prevaricação

Parágrafo Único - Na hipótese acima, a revisão será determinada, de ofício, pelo presidente do conselho municipal de decisões, imediatamente após a prolação da sentença

**CAPÍTULO III**  
**DO JULGAMENTO DOS RECURSOS**

Art. 77 - Protocolado e registrado o recurso no departamento municipal de esportes, despachado pelo C.M.R., será o mesmo juntado aos autos e, em seguida, concedida vistas ao recorrido por 72 (setenta e duas) horas, para contra-arrazoar

Art. 78 - Decorrido o prazo supra aludido, o departamento municipal remeterá os autos ao Presidente do C.M.R., para designação do auditor relator e data da sessão de julgamento

Art. 79 - A secretaria, em seguida, intimará as partes da sessão de julgamento, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

Art. 80 - Declarada aberta a sessão de julgamento, o presidente concederá 15 (quinze) minutos, inicialmente, ao recorrente, em seguida, ao recorrido para sustentação oral de suas razões, incontinentes serão proferidos os votos a partir do auditor relator.

§ 1º - Em grau de recurso não será admitida a produção de novas provas, salvo caso expreso neste código.

§ 2º - O prazo para sustentação oral, previsto neste artigo, poderá ser prorrogado, a critério do Presidente



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS**  
**ESTADO DO PARANÁ**

GABINETE DO PREFEITO

§ 3º - Proferidos os votos, o Presidente determinará a lavratura de acórdão.

**TÍTULO VI**  
**DAS MEDIDAS DISCIPLINARES**

**CAPÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 81 - É punível toda infração disciplinar, exceto as hipóteses legais.

Art. 82 - Ninguém será punido por fato que lei posterior deixe de considerar infração disciplinar, cessando em virtude dela a execução e os efeitos da punição.

Parágrafo Único - A lei posterior que favorecer o infrator, aplicar-se-á ao fato ainda não julgado, quando cominar pena menos rigorosa aplicar-se-á ao fato já julgado, mesmo em decisão irrecorrível.

Art. 83 - Considera-se praticada a infração no momento da ação ou omissão ainda que outro seja o momento do resultado

**TÍTULO VII**  
**DA INFRAÇÃO**

Art. 84 - Infração disciplinar é toda ação ou omissão anti-desportiva, típica e culpável.

Parágrafo Único - A omissão é juridicamente relevante quando o omitente deveria e poderia agir para evitar o resultado. O dever de agir incumbe precipuamente a quem:

I - tenha por ofício a obrigação de velar pela disciplina ou coibir violências ou animosidade.

II - com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.

Art. 85 - Diz-se da infração:

I - consumada, quando nela se reúnem todos os elementos de sua definição;

II - tentada, Quando iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias a vontade do agente;

III - dolosa, quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo;

IV - culposa, quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia.

Parágrafo Único - Salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de 2/3 (dois terços).

Art. 86 - O erro contra a pessoa com a qual o crime é praticado não exime a punição.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS**  
**ESTADO DO PARANÁ**

GABINETE DO PREFEITO

Art. 87 - Se o fato é cometido sob a coação irresistível ou em estrita obediência a ordem, não manifestamente ilegal, de superior hierárquico, somente será punível o autor da coação ou da ordem.

Art. 88 – Não há infração quando o agente pratica o fato:

- I - em estado de necessidade;
- II - em estrito cumprimento do dever de ofício;
- III - em legítima defesa;
- IV - no exercício regular do direito.

Parágrafo Único - O agente, em qualquer das hipóteses deste artigo, responderá pelo excesso doloso ou culposos.

**TÍTULO VIII**  
**DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE**

Art. 89 – Extingue-se a punibilidade:

- I – pelo cumprimento da penalidade determinada;
- II – pela morte do infrator;
- III – pela retroatividade da lei que não mais considerar o fato como infração;
- IV – pela reabilitação no caso de eliminação.

**TÍTULO IX**  
**DAS PENALIDADES**

**CAPÍTULO I**  
**DAS ESPÉCIES DE PENALIDADES**

Art. 90 – Aplicam-se as seguintes penalidades, as infrações previstas neste código

- I – multa;
- II – suspensão por prazo;
- III – suspensão por jogo ou prova;
- IV – perda mandato;
- V – indenização;
- VI – eliminação;
- VII – medida de recuperação.

Art. 91 – Aplicar-se-á a pena de multa, cumulativa ou não, aos casos de infração que resultem em danos à Terceiros e à órgãos públicos desportivos ou não.

§ 1º - A pena de multa consiste no pagamento ao fundo desportivo municipal a quantia fixada na sentença e calculada em UFM, pelo presidente do conselho.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS**  
**ESTADO DO PARANÁ**

GABINETE DO PREFEITO

§ 2º - A pena de multa proferida pelos órgãos judicantes, contra pessoas físicas e jurídicas, serão estabelecidas de acordo com a modalidade e sexo.

Art. 92 - A suspensão pôr prazo priva a pessoa física ou jurídica de participar de qualquer evento esportivo pelo prazo fixado na decisão.

§ 1º - A pessoa física à que se refere o “caput” deste artigo, não terá acesso aos recintos reservados de praças desportivas, não poderá exercer função ou cargo nas entidades participantes e comissões do evento sendo que a suspensão é extensiva a todas as competições, independente da faixa etária, sexo, modalidade ou função.

§ 2º - A suspensão proferida contra as pessoas jurídicas, serão estabelecidas de acordo com a modalidade e sexo, nas competições dos jogos em que foram punidas.

Art. 93 - A suspensão por partida ou prova, priva a pessoa física ou jurídica de participar de qualquer evento esportivo pelo numero de partidas e/ou provas fixado na decisão.

Parágrafo Único - A pessoa física ou jurídica, caso encerre a participação de sua equipe em determinada competição, deverá cumpri-la em outro evento realizado pelo departamento municipal de esportes e recreação, caberá à comissão organizadora controlar a sua suspensão durante as partidas, o nome da pessoa física ou jurídica deverá constar na relação de atletas e dirigentes

Art. 94 - A perda de mandato priva a pessoa jurídica ou equiparada de sediar ou, juntamente com departamento de esportes e recreação, organizar, coordenador e supervisionar eventos esportivos, pelo prazo fixado na decisão.

Art. 95 - A indenização constitui a reparação pecuniária imposta às pessoas físicas ou jurídicas, que causem prejuízo de ordem patrimonial ou financeira à terceiros e à órgãos públicos desportivos.

§ 1º - O não pagamento da indenização prevista no “caput” deste artigo, implicará na pena de suspensão enquanto não liquidada a obrigação, independente das medidas judiciais cabíveis

§ 2º - A entidade à que pertencer o desportista, responde subsidiariamente.

Art. 96 - A penalidade de eliminação implica no afastamento permanente das pessoas físicas da participação nos eventos desportivos sob a organização, coordenação e/ou supervisão do Departamento Municipal de Esportes e Recreação, salvo pôr força de reabilitação.

Parágrafo Único - É vedada a eliminação de pessoas jurídicas ou equiparadas.

CAPÍTULO II  
DA APLICAÇÃO DA PENALIDADE

Art. 97 - O conselho, na fixação das penalidades, entre os limites mínimos e máximos, levará em conta a gravidade da infração, a sua maior ou menor extensão, os meios empregados,



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS**  
**ESTADO DO PARANÁ**

GABINETE DO PREFEITO

os motivos determinantes, os antecedentes desportivos do infrator e as circunstâncias agravantes e atenuantes.

Art. 98 - São circunstâncias que agravam a penalidade a ser aplicada:

I - ter sido praticada a infração com o auxílio de outrem;

II - ter sido praticada com o uso de arma ou outro instrumento que assim possa ser considerado;

III - ter causado prejuízo patrimonial ou financeiro;

IV - ser o infrator membro ou auxiliar da justiça, técnico ou capitão da equipe, dirigente de entidade ou integrante de órgão ou comissão vinculada ao evento;

V - ser o infrator reincidente.

§ 1º- Verifica-se a reincidência quando o infrator comete nova infração depois de passar em julgado a decisão que o haja punido anteriormente.

§ 2º- Para efeito de reincidência não prevalece a condenação anterior, se entre a data do cumprimento ou execução da pena, a infração posterior tiver ocorrido período de tempo superior a 03 (três) anos

Art. 99 - São circunstâncias que sempre atenuam a penalidade a ser imposta:

I - ser o infrator menor de 18 (dezoito) anos a data da infração;

II - ter o infrator prestado relevantes serviços ao desporto municipal;

III - não ter o infrator sofrido qualquer punição nos 2 (dois) anos anteriores a data do julgamento;

IV - a retratação do infrator ao ofendido, desde que aceita, na sessão do conselho, nas infrações contra a honra e a moral.

Art. 100 - No concurso de agravantes e atenuantes, a pena deve aproximar-se do limite indicado pelas circunstâncias preponderantes, entendendo-se como tais as que resultam da gravidade da situação, os motivos determinantes, a personalidade do infrator e a reincidência.

Art. 101 - A pena será fixada atendendo-se aos critérios estabelecidos no artigo 90 (noventa) deste código, em seguida serão consideradas as circunstâncias atenuantes e agravantes, que se aplicadas propiciarão a diminuição ou o aumento da pena.

§ 1º - Havendo equivalência entre as circunstâncias agravantes e atenuantes, o conselho não considerará qualquer delas.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS**  
**ESTADO DO PARANÁ**

GABINETE DO PREFEITO

§ 2º - Preponderando circunstância atenuante ou agravante, a pena base será aumentada ou diminuída em até 1/3 (um terço), exceto se já houver causa de aumento ou diminuição prevista para a infração.

§ 3º - O concurso entre agravantes e atenuantes é obrigatório, desde que encontre-se presente qualquer das circunstâncias estabelecidas legalmente.

Art. 102 - Quando o agente, mediante uma só ação ou omissão praticar duas ou mais infrações, idênticas ou não, aplicar-se-lhe-á a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada em qualquer caso de 1/3 (um terço), até a metade. As penas aplicam-se entretanto, cumulativamente, se a ação ou omissão for dolosa e as infrações concorrentes resultam de desígnios autônomos.

Art. 103 - Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, praticar duas ou mais infrações, da mesma natureza, nas mesmas condições de tempo, lugar, forma de execução ou outras semelhantes, devem, as ações subsequentes serem consideradas como continuação da primeira, aplicando-se a pena somente 01 (uma) das infrações, se idênticas ou a mais grave, se diferentes aumentando-se em qualquer dos casos a pena de 1/3 (um terço) até a metade.

TÍTULO X  
DAS INFRAÇÕES CONTRA AS PESSOAS

CAPÍTULO I  
AGRESSÕES FÍSICAS

Art. 104 - Praticar agressão física

I - contra pessoa subordinada ou vinculada a delegações desportivas, equipe de arbitragem ou comissão organizadora do evento, por fato ligado ao esporte.

PENA - Suspensão pelo prazo de 01 (um) a 03 (três) anos.

II - contra membros da justiça desportiva e autoridades públicas ou desportivas por fato ligado ao esporte.

PENA - Suspensão pelo prazo de 02 (dois) a 04 (quatro) anos.

CAPÍTULO II  
OFENSAS MORAIS

Art. 105 - Ofender moralmente

I - pessoa subordinada ou vinculada as delegações desportivas, equipe de arbitragem ou comissão organizadora do evento, por fato ligado ao esporte.

PENA - Suspensão pelo prazo de 12 (doze) à 24 (vinte e quatro) meses e/ou multa de até 100 (cem) U.F.M



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS**  
**ESTADO DO PARANÁ**

GABINETE DO PREFEITO

II – membros da justiça desportiva e autoridades públicas ou desportivas, por fato ligado ao desporto.

PENA - Suspensão pelo prazo de 12 (doze) meses a 24 (vinte e quatro) meses, e/ou multa de até 200 (duzentos) U.F.M., e/ou suspensão de 02 (dois) a 10 (dez) partidas ou provas

Parágrafo Único – Admite-se a retratação nos termos do Artigo 91, Inciso V, deste código.

**CAPÍTULO III**  
**DAS INFRAÇÕES CONTRA A LIBERDADE INDIVIDUAL**

Art. 106 – Constranger alguém, mediante violência, grave ameaça ou por qualquer outro meio, a não fazer o que a lei permite ou fazer o que ela proíbe.

PENA - Suspensão pelo prazo 09 (nove) meses a 03 (três) anos, e /ou multa de até 100 (setenta) U.F.M. e/ou suspensão de 02 (duas) a 10 (dez) partidas ou provas.

Parágrafo Único – A pena será majorada em até 2/3 (dois terços) quando, para a execução da infração, se reúnem mais de duas pessoas, ou há emprego de armas.

Art. 107 - Ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto ou de qualquer outro meio causar-lhe mal injusto ou grave.

PENA – Suspensão pelo prazo de 09 (nove) meses a 02 (dois) anos e/ou multa de até 100 (cem) U.F.M. e/ou suspensão de 02 (duas) a 10 (dez) partidas ou provas.

**TÍTULO XI**  
**DA RIXA**

Art. 108 – Participar de rixa, salvo para separar os contendores.

PENA – Suspensão pelo prazo de 12 (doze) a 24 (vinte e quatro) meses.

Parágrafo Único – Se ocorrer morte ou lesão corporal de natureza grave, aplica-se pelo fato de participação na rixa, a pena de suspensão pelo prazo de 2 a 6 anos de todas as competições municipais.

**TÍTULO XII**  
**DAS INFRAÇÕES CONTRA O PATRIMÔNIO DESPORTIVO**

**CAPÍTULO I**  
**DA SUBTRAÇÃO**

Art. 109 – Subtrair, para si ou para outrem, bem pertencente ao patrimônio desportivo, com emprego de violência.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS**  
**ESTADO DO PARANÁ**

GABINETE DO PREFEITO

PENA – Suspensão pelo prazo de 04 (quatro) meses a 02 (dois) anos e/ou indenização dos bens subtraídos.

**CAPÍTULO II**  
**DO DANO**

Art. 110 – Danificar, destruir, inutilizar ou deteriorar bem desportivo, por natureza ou obstinação, de que tenha ou não posse de detenção.

PENA – Suspensão pelo prazo de 09 (nove) meses a 02 (dois) anos e/ou indenização pelos danos causados.

**CAPÍTULO III**  
**DA APROPRIAÇÃO INDEVIDA**

Art. 111 – Apropriar-se de bem de natureza desportiva, de que tenha posse ou detenção.

PENA – Suspensão pelo prazo de 04 (quatro) meses a 02 (dois) anos e/ou indenização do bem apropriado.

**TÍTULO XIII**  
**DAS INFRAÇÕES CONTRA A PAZ E MORALIDADE DESPORTIVA**

Art. 112 - Incitar publicamente a pratica da infração.

PENA - Suspensão pelo prazo de 06 (seis) a 24 (vinte e quatro) meses e/ou, multa de até 150 (cento e cinquenta) U.F.M. e/ou suspensão de 02 (duas) a 10 (dez) partidas ou provas.

Art. 113 - Assumir atitude contrária a disciplina ou a moral desportiva, em relação a qualquer pessoa vinculada direta ou indiretamente ao evento esportivo.

PENA - Suspensão pelo prazo de 06 (seis) mês a 02 (dois) anos e/ou, multa de 50 (cinquenta) a 100 (cem) U.F.M. e/ou suspensão de 02 (duas) a 10 (dez) partidas ou provas.

**TÍTULO XIV**  
**DAS INFRAÇÕES CONTRA A FÉ DESPORTIVA**

**CAPÍTULO I**  
**DAS FALSIDADES**

Art. 114 – Falsificar, no todo ou em parte, documento público ou particular, omitir declaração que nele deveria constar, inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que deveria ser escrita, para o fim de usa-lo perante os órgãos desportivos.

PENA – eliminação.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS**  
**ESTADO DO PARANÁ**

GABINETE DO PREFEITO

Parágrafo Único – Nas mesmas penas incorrerá quem fizer o uso do documento falsificado, conhecendo a falsidade.

Art. 115 - Atestar, certificar ou omitir em razão da função, fato ou circunstância que habilite o atleta a obter o registro, inscrição, transferência ou qualquer vantagem indevida.

PENA – eliminação.

Art. 116 - Usar como próprio qualquer documento de identidade de outrem ou ceder a outrem para que dele se utilize.

PENA - eliminação

Art. 117 - Obter, para si ou para outrem, vantagem indevida, mediante artifício ardil.

PENA – eliminação

**CAPÍTULO II**  
**DA CORRUPÇÃO, CONCUSSÃO E PREVARICAÇÃO**

Art. 118 - Dar ou prometer vantagem indevida a quem exerça função de natureza desportiva, para que pratique omita ou retarde ato de ofício, ou ainda para que pratique ato contra expressa disposição de norma desportiva.

PENA – eliminação.

Art. 119 - ~~Receber~~ ou solicitar para si ou para outrem, vantagem indevida em razão de função de natureza desportiva para praticar, omitir ou retardar ato de ofício ou ainda, para praticá-lo contra expressa disposição e norma desportiva.

PENA – eliminação.

Art. 120 – Retardar ou deixar de praticar ato de ofício, por interesse pessoal ou sentimento pessoal para favorecer ou prejudicar pessoas físicas ou jurídicas, ou praticando com abuso de poder ou ~~excesso~~ de autoridade

PENA – eliminação.

Art. 121 - Dar ou prometer qualquer vantagem a arbitro, auxiliar ou coordenador de modalidade, para que influa no resultado da competição.

PENA – eliminação.

Parágrafo Único – Na mesma pena incorrerá o proponente ou intermediário.

Art. 122 - Dar ou prometer qualquer vantagem a dirigente, técnico ou atleta, para que ganhe ou perca pontos em competição, com a intenção de prejudicar terceiros.

PENA – eliminação.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS**  
**ESTADO DO PARANÁ**

GABINETE DO PREFEITO

Parágrafo Único – Nas mesmas penas incorrerá o proponente ou intermediário

Art. 123 – Aliciar atleta ou técnico vinculado a qualquer equipe.

PENA – eliminação.

**TÍTULO XV**  
**DAS INFRAÇÕES CONTRA A ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DESPORTIVAS**

**CAPÍTULO I**  
**DAS INFRAÇÕES CONTRA ENTIDADES PARTICIPANTES,**  
**ORGANIZADORAS E COMISSÃO DO EVENTO.**

Art. 124 – Manifestar-se de forma desrespeitosa ou ofensiva contra ato, decisão ou providência da entidade participante, organizadora e comissão de evento

PENA – suspensão pelo prazo de 12 (doze) a 36 (trinta e seis) meses e/ou multa de 20 (vinte) a 50 (cinquenta) U.F.M. e/ou suspensão de 02 (duas) a 10 (dez) partidas ou provas.

Art. 125 - Deixar de cumprir deliberação, resolução, determinação ou requisição de órgão público, entidades organizadoras ou comissão de eventos.

PENA – suspensão pelo prazo de 06 (seis) a 24 (vinte e quatro) meses e/ou multa de 20 (vinte) a 50 (cinquenta) U.F.M. e/ou suspensão de 02 (duas) a 10 (dez) partidas ou provas.

Art. 126 - Veicular sem prévio consentimento, o nome do município ou órgão esportivo, em eventos de natureza esportiva.

PENA - suspensão pelo prazo de 04 (quatro) a 15 (quinze) meses.

Art. 127 – Recusar, sem justa causa sua praça ou instalação esportiva, quando requisitado.

PENA – suspensão pelo prazo de 04 (quatro) a 15 (quinze) meses.

Art. 128 - Recusar o ingresso, aos membros dos órgãos, conselhos e comissões, em suas praças ou instalações esportivas, durante a realização dos eventos.

PENA - suspensão pelo prazo de 04 (quatro) a 15 (quinze) meses.

Art. 129 - A equipe que abandonar a disputa, após o seu início

PENA - suspensão pelo prazo de 01 (um) ano a 03 (três) anos, e/ou multa de até 200 (duzentos) U.F.M. e/ou suspensão de 02 (duas) a 12 (doze) partidas ou provas.

Parágrafo Único – As mesmas penas aplicam-se aos atletas e comissão dirigente.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS**  
**ESTADO DO PARANÁ**

*GABINETE DO PREFEITO*

Art. 130 - Não comparecer para a disputa de partida ou prova oficialmente programada, ou comparecer fora do prazo regular ou sem as condições exigidas para a atuação.

PENA - suspensão pelo prazo de 06 (seis) a 24 (vinte e quatro) meses, e/ou multa de 50 (cinquenta) à 150 (cento e cinquenta) U.F.M. e/ou suspensão de 02 (duas) a 12 (doze) partidas ou provas.

Parágrafo Único – As mesmas penas aplicar-se-ão ao atletas e comissão dirigente.

Art. 131 - Deixar de comparecer, comparecer tardiamente ou em condições irregulares para a solenidade de abertura do evento esportivo.

PENA – suspensão pelo prazo de 02 (dois) a 12 (doze) meses, e/ou multa de 20 (vinte) a 100 (cem) U F M.

Art. 132 - Impedir sem justa causa a realização de partida ou prova marcada para a sua praça ou instalação esportiva.

PENA - suspensão pelo prazo de 06 (seis) a 24 (vinte e quatro) meses e/ou multa de 50 (cinquenta) a 100 (cem) U.F.M.

Art.133 – Ordenar que atleta não atenda convocação oficial ou dificultar seu atendimento.

PENA - suspensão pelo prazo de 04 (quatro) a 18 (dezoito) meses, e ou multa de 50 (cinquenta) a 100 (cem) U.F.M e/ou suspensão de 02 (duas) a 10 (dez) partidas ou provas.

Art. 134 – Deixar de encaminhar ou exibir ao órgão esportivo documentos solicitados de interesse público.

PENA - suspensão pelo prazo de 03 (três) meses a 01 (um) ano e/ou suspensão de 02 (duas) a 10 (dez) partidas ou provas..

Art. 135 – Tomar atitudes, assumir compromissos ou adotar providências, em congressos ou reuniões com fins organizacionais desportivos, capazes de comprometer a moralidade, ou reputação dos órgãos públicos ou entidades desportivas.

PENA - suspensão pelo prazo de 04 (quatro) a 15 (quinze) meses, e/ou multa de 50 (cinquenta) a 100 (cem) U.F.M. e/ou suspensão de 02 (duas) a 10 (dez) partidas ou provas.

Art. 136 - Deixar de cumprir a obrigação de natureza esportiva, assumidas oficialmente em qualquer documento.

PENA - suspensão pelo prazo de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos e/ou indenização equivalente ao prejuízo causado.

**CAPÍTULO II**  
**DAS INFRAÇÕES RELATIVAS AS COMPETIÇÕES PROPRIAMENTE DITAS**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS**  
**ESTADO DO PARANÁ**

GABINETE DO PREFEITO

Art. 137 – Ordenar ao(s) atleta(s) que se omitam de qualquer modo da partida ou prova.

PENA - suspensão pelo prazo de 02 (dois) meses a 02 (dois) anos.

Art. 138 - Omitir-se na disputa de partida ou prova depois de iniciada, por abandono, simulação de contusão, desinteresse na disputa ou jogadas ou tentar impedir, por qualquer modo o seu prosseguimento.

PENA - suspensão pelo prazo de 09 (nove) meses a (dois) anos, e/ou multa de 50 (cinqüenta) a 200 (duzentos) U.F.M. e/ou suspensão de 02 (duas) a 10 (dez) partidas ou provas.

Art. 139 – Permitir a participação na(s) equipe(s) de atleta(s) sem condições legais de atuação

PENA – suspensão pelo prazo de 09 (nove) meses a 02 (dois) anos.

§ 1º - A suspensão aplica-se tão somente a modalidade que houver a participação da pessoa física sem as condições legais de atuação.

§ 2º - A responsabilidade desportiva do técnico e do atleta sem as condições legais de atuação será promovida ~~concorrentemente~~ com a da pessoa jurídica.

Art. 140 - Impedir o seu prosseguimento ou dar causa a suspensão de partida ou prova.

PENA - suspensão pelo prazo 04 (quatro) a 15 (quinze) meses.

Parágrafo Único – A entidade fica, também, sujeita as penas deste artigo se a suspensão da partida ou prova tiver sido, comprovadamente, causada ou provocada por sua partida.

Art. 141 - Praticar ato hostil, desleal ou inconveniente durante a competição.

PENA - suspensão pelo prazo de 01 (um) dia a 09 (nove) ~~meses~~, e/ou multa de 50 (cinqüenta) a 100 (cem) U.F.M. e/ou suspensão de 02 (duas) a 10 (dez) partidas ou provas.

Art. 142 - Praticar jogada violenta.

PENA - suspensão pelo prazo de 04 (quatro) a 18 (dezoito) meses, e/ou multa de 100 (cem) a 200 (duzentos) U.F.M. e/ou suspensão de 02 (duas) a 10 (dez) partidas ou provas.

Parágrafo Único - Se a jogada resultar em lesão de natureza grave, a pena será majorada em até 2/3 (dois terços).

Art. 143 - Reclamar ou desrespeitar por meio de gestos, atitudes ou palavras, a arbitragem ou coordenação de modalidade.

PENA – suspensão pelo prazo de 01 (um) a 364 (trezentos e sessenta e quatro) dias, e/ou multa de até 100 (cem) U.F.M. e/ou suspensão de 02 (duas) a 10 (dez) partidas ou provas.

Seção Única





**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS**  
**ESTADO DO PARANÁ**

GABINETE DO PREFEITO

**Das Infrações dos Arbitros, Auxiliares e Coordenadores**

Art. 144 - Deixar de cumprir obrigação de ofício, e/ou cumpri-la com excesso ou abuso de autoridade

PENA - suspensão pelo prazo de 01 (um) dia a 18 (dezoito) meses e/ou suspensão de 02 (duas) a 10 (dez) partidas ou provas.

Art. 145 - Omitir-se no dever de prevenir ou coibir violência ou animosidade entre as pessoas físicas constantes da súmula

PENA - suspensão pelo prazo 01 (um) dia a 18 (dezoito) meses e/ou suspensão de 02 (duas) a 10 (dez) partidas ou provas.

Art. 146 - Não se apresentar devidamente uniformizado ou apresentar-se sem o material necessário ao desempenho de suas atribuições de ofício.

PENA - suspensão pelo prazo de 01 (um) a 364 (trezentos e sessenta e quatro) dias e/ou suspensão de 02 (duas) a 10 (dez) partidas ou provas.

Art. 147 - Deixar de comunicar a autoridade competente, em tempo oportuno, que não se encontra em condições de exercer suas atribuições.

PENA - suspensão pelo prazo de 01 (um) a 364 (trezentos e sessenta e quatro) dias e/ou suspensão de 02 (duas) a 10 (dez) partidas ou provas.

Art. 148 - Deixar de comparecer regularmente no local da partida ou prova para o qual foi designado

PENA - suspensão pelo prazo de 01 (um) dia a 18 (dezoito) meses e/ou suspensão de 02 (duas) a 10 (dez) partidas ou provas.

Art. 149 - Não conferir os documentos de identificação das pessoas físicas constantes na súmulas.

PENA - suspensão pelo prazo de 01 (um) dia a 18 (dezoito) meses e/ou suspensão de 02 (duas) a 10 (dez) partidas ou provas.

Art. 150 - Deixar de entregar ao órgão competente, no prazo legal, os documentos da partida ou prova regularmente preenchidos.

PENA - suspensão pelo prazo de 01 (um) a 364 (trezentos e sessenta e quatro) dias e/ou suspensão de 02 (duas) a 10 (dez) partidas ou provas.

Art. 151 - Permitir a permanência no recinto de jogo, de pessoas que não estão autorizadas.

PENA - suspensão pelo prazo de 01 (um) a 364 (trezentos e sessenta e quatro) dias e/ou suspensão de 02 (duas) a 10 (dez) partidas ou provas.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS**  
**ESTADO DO PARANÁ**

GABINETE DO PREFEITO

Art. 152 - Abandonar, sem justa causa a competição antes de seu término ou recusar-se a inicia-la.

PENA - suspensão pelo prazo de 01 (um) dia a 18 (dezoito) meses e/ou suspensão de 02 (duas) a 10 (dez) partidas ou provas.

**CAPÍTULO III**  
**DAS INFRAÇÕES CONTRA A JUSTIÇA DESPORTIVA**

Art. 153 - Deixar os auditores e secretários, salvo justo motivo, de observar os prazos legais

PENA - suspensão pelo prazo de 01 (um) a 364 (trezentos e sessenta e quatro dias).

Art. 154 - Deixar, a autoridade que tomou conhecimento de falsidade documental, de encaminhar os elementos da infração ao conselho competente da justiça desportiva.

PENA - suspensão pelo prazo de 01 (um) dia a 18 (dezoito) meses

Art. 155 - Oferecer queixa ou noticiar infração **flagrantemente** infundada e/ou dar causa, por erro grosseiro ou sentimento pessoal, a instauração de inquérito ou processo disciplinar na justiça desportiva.

PENA - suspensão pelo prazo de 01 (um) dia a (dezoito) meses.

Art. 156 - Prestar depoimento falso a justiça desportiva.

PENA - suspensão pelo prazo de 01 (um) a 03 (três) anos.

Parágrafo Único - A penalidade será reduzida até a metade, se antes da decisão se o depoente se retratar e declarar a verdade.

Art. 157 - Deixar de cumprir ou retardar o cumprimento de decisão da justiça desportiva.

PENA - suspensão pelo prazo de 01 (um) dia a 18 (dezoito) meses e/ou suspensão de 02 (duas) a 10 (dez) partidas ou provas.

Art. 158 - Deixar de comparecer, sem justa causa, a justiça desportiva, quando regularmente intimado

PENA - suspensão pelo prazo de 03 (três) dias a 24 (vinte e quatro) meses e/ou suspensão de 02 (duas) a 10 (dez) partidas ou provas.

Art. 159 - Admitir, como integrante de delegação, em qualquer função ou cargo, remunerados ou não, quem estiver eliminado ou em cumprimento de pena disciplinar.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS**  
**ESTADO DO PARANÁ**

GABINETE DO PREFEITO

PENA - suspensão pelo prazo de 01 (um) a 18 (dezoito) meses e/ou multa de até 100 U.F.M.

Art. 160 - Dar, prometer ou oferecer dinheiro ou qualquer outra vantagem a testemunha, pento, tradutor, intérprete, para fazer afirmação falsa, calar ou negar a verdade em depoimento, perícia, tradução interpretação, ainda que a oferta não seja aceita.

PENA – eliminação

**TÍTULO XVI**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 161 – As infrações previstas no presente código e passíveis de sanção penal e/ou administrativas propriamente ditas, serão objetos de notificação a autoridade competente para a apuração e promoção da responsabilidade, através dos presidentes dos órgãos de justiça desportiva.

Art. 162 - Os casos omissos e as lacunas deste código serão resolvidos de acordo com os costumes, princípios gerais de direito e analogia.

Art. 163 - A interpretação das normas contidas neste código reger-se-á, pelas regras gerais da hermenêutica e buscará sempre a defesa da disciplina e da moralidade do desporto

Art. 164 - Aplicam-se supletivamente a este código, as disposições contidas no Código de Organização da Justiça e Disciplina Desportiva do Departamento Municipal de Esportes e Recreação.

**TÍTULO XVII**  
**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 165 - Os processos em curso, ao entrar em vigor este código, serão julgados pela forma nele indicada, adotadas, porém, as penalidades mais brandas.

Art. 166 - Este código terá validade por 04 (quatro) anos a contar da data de sua publicação.

§ 1º - Após o transcorrer dos 04 (quatro) anos de sua publicação, o mesmo poderá ser revisado, de acordo com as necessidades ou diretrizes básicas da justiça desportiva.

§ 2º - Se dentro do prazo legal de revisão deste código houver mudanças, as penas aplicadas anteriormente poderão ser analisadas e retificadas conforme decisões dos presidentes dos conselhos.

Art. 167 - As penalidades de multa, bem como os depósitos obrigatórios definidos neste código deverão ser recolhidos junto ao conselho, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da publicação da decisão.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS**  
**ESTADO DO PARANÁ**

GABINETE DO PREFEITO

Parágrafo Único - O não pagamento da multa implicará na pena de suspensão enquanto não liquidada a obrigação.

Art. 168 - O documento de identificação dos participantes dos eventos promovidos ou organizados pelo Departamento Municipal de Esportes e Recreação, preferencialmente, é a Cédula de Identidade/RG, expedida pelas Secretarias de Segurança Pública dos Estados.

Parágrafo Único - A utilização de documento diverso do descrito no “caput” deste artigo, somente será possível desde que tenha foto e goze de fé pública e seja autorizado pelo Conselho Municipal de Decisões.

Art. 169 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 170 – Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Laranjeiras, 03 de julho de 2001.

  
NELCI DA ROSA  
Prefeito Municipal